

Diálogos

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Nacional Timor Lorosa'e

Diálogos

ISSN em linha 2789-2182

ISSN impresso 2520-5927

dialogosuntl.com

<https://doi.org/10.53930/27892182.dialogos.1.114>

Volume 01

2016

MAX WEBER E O RACIONALISMO OCIDENTAL

MAX WEBER AND WESTERN RATIONALISM

Karin Noemi Rühle Indart

Licenciada em Teologia e Letras Português e Alemão, Mestre em Avaliação da Educação e doutoranda em Sociologia da Educação pela Universidade do Minho. Professora da Universidade Nacional Timor Lorosa'e.

Submetido: 08 de junho de 2016

Aceito: 28 de outubro de 2016

Publicado: 17 de novembro de 2016

MAX WEBER E O RACIONALISMO OCIDENTAL

Karin Noemi Rühle Indart*

Resumo: Este artigo busca introduzir o filósofo, sociólogo, jurista, historiador e economista Max Weber, um dos influentes pensadores no século passado. Estão aqui explicados as duas teses mais importantes apresentadas pelo autor: a tipologia de Poder e a relação entre crenças religiosas e o desenvolvimento econômico de uma sociedade tendo como base os próprios textos de Weber, assim como duas importantes biografias.

Palavras-chave: Max Weber; tipologia de poder; racionalismo econômico.

MAX WEBER AND WESTERN RATIONALISM

Abstract: This article aims to introduce the philosopher, sociologist, jurist, historian and economist Max Weber, one of the influential thinkers in the last century. It is explained the two main theses presented by the author: the type of power and the relationship between religious beliefs and economic development of a society based on the Weber own texts, as well as two important biographies.

Keywords: Max Weber; power type; economic rationalism.

INTRODUÇÃO

Max Weber, pensador alemão, nasceu em Erfurt em 1864 e morreu em Munique em 1920. Filho de um proeminente jurista e político, graduou-se em 1886 em Direito, mas simultaneamente estudou História, Filosofia e Economia Política. Já em 1889 obteve doutoramento em Direito Comercial. A família de sua mãe pietista, também promoveu a participação de Weber nas controversas discussões teológicas e filosóficas da sua época. Nietzsche foi o

* Licenciada em Teologia e Letras Português e Alemão, Mestre em Avaliação da Educação e doutoranda em Sociologia da Educação pela Universidade do Minho. Professora da Universidade Nacional Timor Lorosa'e. <https://doi.org/10.53930/27892182.dialogos.1.114>

filósofo que mais influenciou a perspectiva de Weber, em especial a dicotomia entre o princípio de Apolo (ordem, forma e razão) e o princípio de Dionísio (êxtase, energia e criatividade) explorada por Nietzsche na problemática da Vontade de Poder (Gerth & Mills, 2009). O tema Poder ou Domínio é da mesma forma central na maior obra de Weber: ‘Economia e Sociedade’.

Weber não era apenas um estudioso teórico. Envolveu-se também na vida política e aderiu ao movimento evangélico-social em 1890 e para este realizava vários estudos sobre as condições de trabalho da classe agrícola alemã. Buscava aplicar todo o vasto conhecimento da história da política em seu próprio país.

Por causa de seu alargado conhecimento em diferentes áreas de estudo, Max Weber discute com fluência e até mesmo certo didatismo sobre direito, economia, política e religião: em ‘Economia e Sociedade’, analisa a história do direito e da economia em diferentes sociedades; em ‘Sociologia das Religiões’ e ‘A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo’, observa a influência das diferentes religiões no desenvolvimento racional e econômico das sociedades. Sua análise é sempre social, de como uma determinada sociedade desenvolve-se nestes temas. Por essa razão, é considerado um dos pais da Sociologia, juntamente com Karl Marx (1818-1883) e Émile Durkheim (1858-1917).

Weber é o mais recente entre eles e conhecia os escritos de seus pares. Nem considerava o funcionamento da sociedade harmonioso e homogêneo como Durkheim, nem defendia uma revolução da sociedade como Marx. Sua ideia sobre o papel da Sociologia era compreensiva, ou seja de observar e analisar os fenômenos que ocorrem na sociedade e sintetizá-los para compreendê-los e para esse fim criou uma metodologia cujo o principal instrumento é o *tipo ideal*. O *tipo ideal* permite o estudo da *ação social*, que inclui a omissão ou tolerância e *pode orientar-se pelo comportamento passado, presente ou esperado como futuro dos outros. Os Outros podem ser indivíduos conhecidos ou indeterminadamente muitos e de todo desconhecido* (Weber, 2014, p. 43). Isso significa que a ação de um indivíduo passa a ser uma ação social a medida que esta esteja associada ao comportamento de outras pessoas, ou seja, de uma sociedade.

CONCEITOS DE WEBER QUE MAIS INFLUENCIARAM AS CIÊNCIAS HUMANAS

LEGITIMAÇÃO DO PODER

Um dos conceitos nos escritos de Weber amplamente discutidos até os dias de hoje é a legitimação de Poder. O autor argumenta que toda a autoridade exerce algum tipo de dominação. Essa dominação, porém, precisa ser aceita pelos dominados e, por isso, diferentes tipos de dominação utilizam diferentes maneiras de convencer à subordinação à sua autoridade. Quando os meios utilizados convencem, Weber afirma que os subordinados legitimam o Poder sobre eles exercido. Assim, o autor cria uma importante *tipologia de dominação*. Entre os principais tipos de dominação estão:

DOMINAÇÃO PATRIARCAL

Segundo Weber (2004, p. 234), a estrutura patriarcal da dominação baseia-se no dever de servir *relações de piedade rigorosamente pessoais. Seu germe encontra-se na autoridade do chefe da comunidade doméstica. As normas neste tipo de dominação fundamentam-se na tradição; na crença na inviolabilidade daquilo que foi assim desde sempre. Na dominação patriarcal é a submissão pessoal ao senhor que garante a legitimidade das regras por este estatuídas, e somente o fato e os limites de seu poder de mando têm, por sua vez, sua origem em normas [...] sagradas pela tradição.*

São dois os pilares do poder patriarcal: o chefe do clã e a tradição do clã. O ancião governante é a pessoa de poder e a tradição é a lei oral. Como esclarece Weber, *com o desenvolvimento da concepção de deuses, esta ideia vem sendo substituída pela crença de os deuses terem estabelecido os costumes tradicionais como norma, protegendo-os por isso como algo sagrado* (Weber, 2004, pp. 235-236). A autoridade do poder patriarcal não abrange apenas os laços familiares, mas *o poder doméstico sob o aspecto de propriedade: os filhos de todas as mulheres submetidas ao poder doméstico de um homem, seja esposa, seja escrava, são considerados,*

independentemente da paternidade física, 'seus' filhos, bem como são considerados seu gado os animais nascidos de seus rebanhos (Weber, 2004, pp. 234-235).

DOMINAÇÃO FEUDAL

Existe uma variante do poder patriarcal para Weber, e este é o poder patrimonial, que como o nome indica, está baseada no domínio territorial ou de patrimônio. Trata-se do *poder doméstico descentralizado mediante a cessão de terras e eventualmente de utensílios a filhos ou outros dependentes da comunidade doméstica* (Weber, 2004, p. 238). Este poder doméstico patrimonial transforma-se com o tempo e deixa de estar ligado ao poder patriarcal do clã como explana Weber:

Originalmente, a administração patrimonial cuidava especificamente das necessidades puramente pessoais, sobretudo privadas, da gestão patrimonial do senhor. A obtenção de um domínio "político", isto é, do domínio de *um* senhor sobre outros senhores, não submetidos ao poder doméstico, significa então a agregação ao poder doméstico de outras relações de dominação, diferentes, do ponto de vista sociológico, somente em grau e conteúdo, mas não na estrutura (Weber, 2004, p. 240).

O feudalismo é, então, uma dominação patrimonial, não patriarcal. Estas relações de fidelidade feudais estão baseadas em sistema de contrato e não em associação de vínculo familiar e íntimo. A fidelidade mútua requerida no feudalismo é, no entanto, um aspecto importante ao analisarmos as características de dominação, pois, não apenas os dominados têm deveres, assim como não só os dominadores têm direitos.

Também o senhor 'deve', portanto, alguma coisa ao submetido, não juridicamente, mas de acordo com o costume. Sobretudo - já em seu interesse próprio - proteção de perigos externos e ajuda em caso de necessidade, além de um tratamento 'humano', particularmente a limitação ao 'habitual' no que se refere à exploração de sua capacidade de trabalho (Weber, 2004, p. 237).

Obviamente que deveres mútuos não implicam em igualdade de posição social, os senhores feudais são senhores não apenas das terras, mas também de seus subordinados, ainda que com vínculos contratuais.

DOMINAÇÃO CARISMÁTICA

Outra forma de dominação descrita por Weber é a carismática, que tem sua legitimidade não via tradição, mas a oposição à mesma.

[...] os líderes ‘naturais’, em situações de dificuldades psíquicas, físicas, econômicas, éticas, religiosas e políticas. Por naturais entende-se que não são herdados ou outorgados por posição social e sim que são líderes natos, apesar de não pertencerem necessariamente à elite ou nobreza. Estes, são portadores de dons físicos e espirituais específicos, considerados sobrenaturais (no sentido de não serem acessíveis a todo mundo) (Weber, 2004, p. 323).

Como a autoridade carismática não é considerada um cargo e sim uma missão, esse tipo de dominação não está a serviço de *finalidades objetivas de caráter cotidiano* e do funcionamento tradicional da estrutura hierárquica como no patriarcalismo ou patrimonialismo, por tanto, também não tem objetivos econômicos, como explica o autor:

Em oposição a toda espécie de organização administrativa burocrática, a estrutura carismática não conhece nenhuma forma e nenhum procedimento ordenado de nomeação ou demissão, nem de ‘carreira’ ou ‘promoção’; não conhece nenhum ‘salário’, nenhuma instrução especializada regulamentada do portador do carisma ou de seus ajudantes e nenhuma instância controladora ou à qual se possa apelar; [...] Ao contrário, o carisma conhece apenas determinações e limites imanentes. O portador do carisma assume as tarefas que considera adequadas e exige obediência e adesão em virtude de sua missão (Weber, 2004, p. 324).

O êxito de sua missão depende do reconhecimento *daqueles aos quais ele se sente enviado* e de quem exige obediência. Esse reconhecimento também depende de “provas” e só se mantêm enquanto estas evidências sobrenaturais conservam-se. Sua autoridade não é um direito adquirido pela vontade dos subordinados, como acontece em uma eleição, ao contrário, *o reconhecimento do carismaticamente qualificado é o dever daqueles aos quais se dirige sua missão* e estes são um grupo específico de *pessoas determinado por fatores locais, étnicos, sociais, políticos, profissionais ou de outro tipo qualquer: neste caso, encontra seus limites no círculo destas pessoas* (Weber, 2004, p. 324). As “provas” exigidas a

serviço da autenticação da autoridade carismática dependem de que missão se presta a servir.

Deve fazer milagres, se pretende ser um profeta, e realizar atos heróicos, se pretende ser um líder guerreiro. Mas sobretudo deve “provar” sua missão divina no *bem-estar* daqueles que a ele devotamente se entregam. Caso contrário, ele evidentemente não é o senhor enviado pelos deuses. [...] em condições primitivas, onde o caráter carismático é próprio de quase todas as autoridades primitivas, com exceção do poder doméstico no sentido mais restrito, sendo o chefe muitas vezes simplesmente abandonado quando deixa de ser bem-sucedido (Weber, 2004, p. 326).

Se o domínio carismático depende da consistência dos “milagres” ou “atos heroicos”, sua autoridade não é vitalícia como no modelo patriarcal ou feudal e sim condicional e,

tem sua origem na entrega fiel ao extraordinário e inaudito, alheio a toda regra e tradição e por isso considerado divino, tal como nasce do desespero e do entusiasmo. [...] Seu direito ‘objetivo’ é o resultado concreto da vivência extremamente pessoal de graça celestial e força heroica semelhante àquela dos deuses e significa renúncia ao compromisso com toda ordem externa em favor da glorificação exclusiva do autêntico espírito profético e heroico. Por isso, comporta-se de maneira revolucionária, invertendo todos os valores e rompendo soberanamente com todas as normas tradicionais ou racionais (Weber, 2004, pp. 326-327).

DOMINAÇÃO DO ESTADO

Para Weber, o poder do Estado também é uma forma de dominação – dominação burocrática. Assim como todos os outros meios de dominação o Estado também coage a obediência e submissão. Mesmo que um Estado seja considerado democrático e o povo tenha o direito de escolher seus representantes, para manter a estrutura necessita de poder de coação física.

Do ponto de vista da consideração sociológica, uma associação “política”, e particularmente um “Estado”, não pode ser definida pelo conteúdo daquilo que faz. [...] Ao contrário, somente se pode, afinal, definir sociologicamente o Estado moderno por um *meio* específico que lhe é próprio, como também a toda associação política: o da coação física (Weber, 2004, p. 525).

O autor explica que,

evidentemente, a coação não é o meio normal ou o único do Estado – não se cogita disso –, mas é seu meio específico. No passado, as associações mais diversas – começando pelo clã – conheciam a coação física como meio perfeitamente normal. Hoje, o Estado é aquela comunidade humana que, dentro de determinado território – este, o “território”, faz parte da qualidade característica –, reclama para si (com êxito) o monopólio da coação física legítima, pois o específico da atualidade é que a todas as demais associações ou pessoas individuais somente se atribui o direito de exercer coação física na medida em que o Estado o permita. Este é considerado a única fonte do “direito” de exercer coação (Weber, 2004, pp. 525-526).

A administração está vinculada a dominação, pois toda administração precisa, de alguma forma, da legitimação. *É mister que certos poderes de mando se encontrem nas mãos de alguém* (Weber, 2004, p. 193). Porém, a diferença entre a dominação do Estado e as anteriores formas de dominação é de que na democracia, diferente do *Estado absoluto, da administração mediante notáveis feudais, patrimoniais, patrícios ou outros que a exercem como cargo honorífico ou hereditário* é substituída, *em favor de funcionários contratados. Estes decidem sobre todas as necessidades e reclamações da vida cotidiana* (Weber, 2004, p. 529).

A administração democrática, não deixa de ser dominação, mas:

o poder de mando pode ter aparência muito modesta, sendo o dominador considerado o “servidor” dos dominados e sentindo-se também como tal. Isso ocorre, em mais alto grau, na chamada *administração diretamente democrática*. Chama-se “democrática” por duas razões que não coincidem necessariamente, a saber: 1) porque se baseia no pressuposto da qualificação igual, em princípio, de todos para a direção dos assuntos comuns, e 2) porque minimiza a extensão do poder de mando (Weber, 2004, p. 193).

A característica mais importante da dominação do Estado é que ela não é exercida pela autoridade pessoal, como afirma Weber, *obedece-se às regras e não à pessoa*. A própria pessoa com poder de mando também está submetida as mesmas regras que seus subordinados e *o portador individual do poder de mando está legitimado por aquele sistema de regras racionais, sendo seu poder legítimo, na medida em que é exercido de acordo com aquelas regras* (Weber, 2004, pp. 198-199). Esse tipo de dominação Weber também denomina de burocrático.

Weber, assim descreve a administração burocrática:

A administração moderna baseia-se em documentos (atas), cujo original ou rascunho se guarda, e em um quadro de funcionários subalternos e escrivães de todas as espécies. O conjunto dos funcionários que trabalham numa instituição administrativa e também o aparato correspondente de objetos e documentos constituem um “escritório”. A moderna organização administrativa separa, por princípio, o escritório da moradia privada, distinguindo em geral a atividade oficial, como área especial, da esfera da vida privada, e os recursos monetários e outros meios oficiais da propriedade privada do funcionário. Esta é uma situação que por toda parte é produto de um longo desenvolvimento. [...] essa instituição dentro das comunidades políticas e eclesiásticas somente chega a estar plenamente desenvolvida no Estado moderno e, dentro da economia privada, somente nas formas mais avançadas do capitalismo (Weber, 2004, p. 199).

A burocracia traz consigo a especialização das tarefas a serem desempenhadas. Um cargo já não pode ser atribuído por herança ou carisma e sim por conhecimento de causa. *Pressupõe, em regra, uma intensa instrução na matéria. Cargo é profissão. Isto se manifesta, em primeiro lugar, na exigência de uma formação fixamente prescrita, [...] e em exames específicos prescritos, de forma geral, como pressupostos da nomeação.* O desempenhar de um cargo *se destina a uma finalidade impessoal, objetiva* (id., ibid., p. 200). Weber chama a atenção, porém, de que esta impessoalidade não anula hierarquias baseadas em classes sociais pré-estabelecidas, uma vez que na maioria dos casos é a elite quem detém meios para adquirir formação especializada. Há, porém, maior mobilidade social do que na dominação tradicional, pois,

O funcionário, de acordo com a ordem hierárquica das autoridades, percorre uma *carreira*, dos cargos inferiores, menos importantes e menos bem pagos, até os superiores. A média dos funcionários, como é natural, aspira a uma fixação relativamente mecânica das condições de ascensão, se não nos próprios cargos, pelo menos nos níveis salariais, segundo o tempo de serviço (Weber, 2004, p. 204).

Para Weber, *a razão decisiva do avanço da organização burocrática sempre foi sua superioridade puramente técnica sobre qualquer outra forma. Precisão, rapidez, univocidade, conhecimento da documentação, continuidade, discrição,*

uniformidade, subordinação rigorosa, diminuição de atritos e custos materiais e pessoais alcançam o ótimo numa administração rigorosamente burocrática. Essa rigurosidade técnica só pode ser exercida por funcionários individuais treinados para esse fim (Weber, 2004, p. 212).

RELAÇÃO ENTRE RELIGIÃO E ECONOMIA

Outro conceito de Weber largamente difundido é a ligação entre as crenças religiosas e o desenvolvimento econômico de uma sociedade. O autor escreveu artigos sobre todas as grandes religiões (catolicismo, protestantismo, judaísmo, islamismo, confucionismo, budismo e hinduísmo) e comparou a esfera econômica, política, estética, erótica e intelectual das mesmas. Foi um pensador ocidental que não limitou-se a estudar apenas sociedades de seu próprio contexto, mas investigou história, jurisdição, agricultura, comércio e religião de sociedades orientais igualmente. Porém, o texto mais popular de Weber sobre esse tema é ‘A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo’. Neste texto, Weber fundamenta sua lógica comparando sociedades de composição religiosa mista. Como muitos estudos da imprensa católica já tinham exposto na época, na Alemanha *os líderes comerciais e detentores do capital, assim como da mão-de-obra altamente qualificada, sobre tudo do pessoal técnica e comercialmente especializado das modernas empresas, [eram] preponderantemente protestantes* (Weber, 2001, p. 19). Isso acontecia, pelo fato de *os protestantes, como classe dirigente e como classe dirigida, seja como maioria, seja como minoria, terem demonstrado uma tendência específica para o racionalismo econômico, que não pôde ser observado entre os católicos em qualquer uma dessas situações* (Weber, 2001, p. 21).

Na sequência de seu artigo, o autor procura explicar que tipo de dogmas religiosos influenciaram o racionalismo econômico. A primeira explicação é o conceito de vocação profissional – *Beruf* que em língua alemã tem um sentido de ‘chamado divino’ e foi introduzido pelo próprio Lutero. Segundo Weber (Weber, 2001, p. 43), *nem os povos predominantemente católicos, nem aqueles da Antiguidade Clássica conheceram um termo equivalente, ao passo que*

ele tem existido entre todos os povos predominantemente protestantes. Lutero discordava da concepção medieval de que o trabalho é algo eticamente neutro, mas pelo contrário cada indivíduo tem uma vocação dada por Deus para o cumprimento de tarefas seculares, por isso, qualquer vocação lícita tem o mesmo valor perante os olhos de Deus (Weber, 2001, p. 44). Ele também se opunha à vida nos mosteiros, pois, o isolamento da vida secular não demonstrava amor e serviço ao próximo. O serviço religioso é o serviço secular de acordo com o protestantismo.

A outra forte influência em direção ao racionalismo econômico foi de outro reformador protestante: Calvino. O calvinismo passou a exercer uma consciente interferência na vida secular e política por onde esteve presente. Juntamente com outros movimentos reformadores posteriores como o pietismo, o puritanismo e metodismo, desenvolveu em seus seguidores uma vida asceta laica ou secular. O ascetismo protestante tinha como finalidade *habilitar para uma vida alerta e inteligente: a tarefa imediata de anulação do gozo espontâneo, do impulsivo* (Weber, 2001, p. 65). A diferença entre o ascetismo medieval e o calvinista é que o primeiro limitava-se ao clero isolado do mundo nos mosteiros e o segundo exigia um controle de impulsos emocionais e físicos na vida cotidiana e não fazia mais separação entre o serviço sacro e o secular, pois ambos são dedicados à Deus. Assim, *os ideais ascéticos [são perseguidos] através de ocupações seculares e há necessidade de se provar a fé de cada um, na atividade secular* (Weber, 2001, p. 66). *A racionalização da conduta dentro deste mundo, e para o bem do mundo além, foi a consequência do conceito de vocação do protestantismo* (Weber, 2001, p. 83).

Max Weber passa, então a demonstrar como um conceito religioso aos poucos foi transformando-se em um conceito ético. Esse conceito ético afastado de suas origens religiosas acaba por substituir o motivo do ascetismo, que não é mais prova de fé ou serviço divino, mas uma justificativa moral. Essa tendência, segundo o autor, pôde ser observada em países europeus e na América do Norte onde a influência do protestantismo calvinista e reformador foi mais forte. A moral destas sociedades acentua a necessidade do trabalho físico e mental duro e constante como um combate *ao descanso sobre a posse, ao gozo da riqueza, com a sua consequência de ócio e de sensualidade, e, antes de*

mais nada, à desistência da procura de uma vida 'santificada' (id., ibid., p. 86). Porém, a reprovação moral nunca era ao adquirir posses e riquezas e sim ao ócio ou ao luxo de desperdiçá-las. *Querer ser pobre, equivalia a querer ser doente e era reprovável do ponto de vista da glorificação do trabalho* (Weber, 2001, p. 89).

Esse ascetismo secular do protestantismo [...] opunha-se poderosamente, ao espontâneo usufruir das riquezas, e restringia o consumo, em especial o do luxo. Em compensação, libertava psicologicamente a aquisição de bens das inibições da ética tradicional, rompendo os grilhões da ânsia de lucro, com o que não apenas a legalizou, como também a considerou como diretamente desejada por Deus (Weber, 2001, 93).

O profissionalismo protestante passou a influenciar a moralidade secular, contribuindo poderosamente com a ordem econômica moderna e o espírito capitalista ocidental, conclui Weber, onde *a avareza parece ser o ideal de um homem honesto de crédito reconhecido e, acima de tudo, a ideia do dever de um indivíduo com relação ao aumento de seu capital, que é tomado como um fim em si mesmo*. Essa é, segundo o autor, uma ética peculiar, cuja a infração das regras não é tratada como tolice, porém como um esquecimento do dever (Weber, 2001, p. 27). Foi a tendência individual de viver com sobriedade e seriedade que acabou por moldar o desenvolvimento econômico de sociedades e foi o acúmulo de riquezas e aumento de capital de cidadãos que levou ao enriquecimento de Estados.

CONCLUSÃO

Se o racionalismo secular na economia é uma característica de sociedades protestantes ou pós-protestantes do ocidente, o racionalismo secular na administração de um Estado também o é, defende Weber,

um tratamento racional, sistemático e especializado da ciência por especialistas treinados, em um sentido que se aproximasse de seu papel de domínio na cultura contemporânea, só existia no Ocidente. Isto é verdade, principalmente, no que se refere ao funcionário treinado, pilar do Estado Moderno e da moderna economia ocidental. Ele constitui um tipo de que até então só existiam indicações, que nem remotamente

parecia ter presença importante para a ordem atual social. [...] O próprio Estado, como entidade política, com uma constituição racionalmente redigida, um direito, um direito racionalmente ordenado e uma administração orientada por regras racionais ou as leis, tudo administrado por funcionários treinados, é conhecido, nessa combinação de características, somente no Ocidente, apesar de todas as outras formas que dele se aproximam (Weber, 2001, pp. 8-9).

É neste ponto que as duas principais teses do autor apresentadas neste artigo unem-se e reforçam-se. As formas de dominação patriarcal, feudal ou carismáticas não podem desenvolver-se até transformarem-se em um Estado de direito, pois suas bases de legitimação de poder são relacionais, emocionais e tradicionais, quando não mágicas. Apenas um fundamento racional e impessoal de gestão pode instituir um Estado de fato.

Esse nível de racionalismo e de treino profissional é fruto de uma moral ascética estabelecida nas sociedades ocidentais pela ética protestante, segundo Weber, o que nos leva a concluir que o próprio Estado de direito só poderá existir em sociedades que tenham passado por uma transformação de ética e significado do trabalho e do racionalismo em administrar riquezas e posses, assim como, do tipo de Poder – dominação do Estado – gerida por funcionários técnicos e selecionados impessoalmente pelo critério de formação e capacidade para o serviço público impessoal e burocrático.

A tendência atual no ocidente é criar o racionalismo necessário para o Poder estatal via educação formal, não vinculada a uma religião específica. O Estado procura utilizar do seu poder de decisão em relação aos conteúdos e currículos da Escola para a educação civil de seus cidadãos e dessa forma legitimar seu domínio sem o uso de coação física.

REFERÊNCIAS

Gerth, H. H. & Mills, C. W. (2009). *From Max Weber: Essays in Sociology*. New York: Routledge.

Weber, M. (2001). *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: CengageLerning.

Weber, M. (2004). *Economia e Sociedade*, Volume II. Brasília: Editora UnB.

Weber, M. (2010). *Sociologia das Religiões*. São Paulo: Ícone Editora.

Weber, M. (2014). *Conceitos Sociológicos Fundamentais*. Lisboa: Edições 70.

Direitos Autorais (c) 2016 Karin Noemi Rühle Indart



Este texto está protegido por uma licença [Creative Commons](#)

Você tem o direito de Compartilhar - copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato - e Adaptar o documento - remixar, transformar, e criar a partir do material - para qualquer fim, mesmo que comercial, desde que cumpra a condição de:

Atribuição: Você deve atribuir o devido crédito, fornecer um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações. Você pode fazê-lo de qualquer forma razoável, mas não de uma forma que sugira que o licenciante o apoia ou aprova o seu uso.

[Resumodalicença](#) [Textocompletodalicença](#)